

Reunião dos agricultores familiares e moradores de Unidades de Conservação com a Secretaria da Justiça e Cidadania e a Secretaria do Meio-Ambiente -- São Paulo, 4.8.1999

Detalhamento das reivindicações dos agricultores do Vale do Ribeira perante a Secretaria do Meio-Ambiente, que foram apresentadas no "Grito da Terra" em São Paulo, no dia 28.7.99:

NO QUE SE REFERE A SITUAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO RIBEIRA; ESPECIALMENTE A DOS MORADORES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; REIVINDICAMOS QUE

- a Secretaria do Meio-Ambiente de Estado de São Paulo abra canais de diálogo entre o governo e sociedade civil, através da instalação de Comissões Tripartites Paritárias para cada Unidade de Conservação;
- o Governo cesse imediatamente as perseguições dos órgãos de fiscalização florestal aos pequenos agricultores;
- sejam analisadas e implantadas as propostas apresentadas nos últimos anos pelas comunidades inseridas nas Unidades de Conservação da região (algumas das propostas encontram-se em anexo desta);
- imediata regularização fundiária que garanta a titulação das nossas terras e com isso tenhamos acesso a investimentos, políticas agrícolas e políticas públicas,
- agilização e desburocratização do licenciamento ambiental, colocando prazo máximo para o atendimento dos pedidos.

Registro, 3.8.99

recebido
4/8/99
H. Lobe

[Handwritten signature]

FIESP

S.M.A.

O SÍTIO DO SR. SEZEFREDO

Depolimento colhido pelos agrônomos Nelson Eduardo Corrêa Neto e Bernardo Spnill, do grupo MUTIRÃO (Técnicos e agricultores que se encontram bimestralmente para praticar agroflorestas) junto ao produtor Sezefredo Gonçalves da Cruz. O trabalho está baseado nos princípios propostos pelo pesquisador e produtor Ernest Gotsch.

HISTÓRICO

"Antigamente, lembra o Sr. Sezefredo, os agricultores tradicionais de Barra do Turvo só dependiam da sucessão natural de espécies, que após a colheita da roça, recuperava a fertilidade do solo." Neste tempo, só se voltava à mesma área quando a fertilidade estivesse recuperada. E como não havia limitação de espaço e sementes, a sucessão atuava livremente, e os produtores lembram deste tempo como a época em que eram livres.

Hoje a sucessão é impedida de agir, pelo cultivo intensivo sem pousio e com o uso do fogo, devido a vários fatores:

- 1) Em 1964, o governo militar, pelo estatuto da terra, rezava que cada produtor teria direito a 10 alq. Isto fez com que produtores que atuassem em grupos se confinassem em propriedades pequenas, pois o restante da terra que os produtores não ocuparam foi grilada por políticos e fazendeiros.
- 2) A legislação florestal fez com que o produtor degradasse ainda mais sua terra. Pois só autoriza o uso de áreas cultivadas, e não permite o uso das capoeiras. Uma legislação às avessas. Se autorizasse o uso de capoeira, permitiria que as áreas degradadas se recuperassem e a cobertura florestal aumentaria.
- 3) Invasão de áreas por pastagens como a braquiária, nas quais não é possível produzir grãos.

Um município que já produziu muito arroz, feijão, milho, como Barra do Turvo, hoje já não é um município de cultura.

"Este plano de agrofloresta é uma solução boa para nosso município e para outros lugares. A gente lutava com arroz, feijão, hoje estamos tendo muita dificuldade. A terra produtiva está invadida pela pastagem."

PRODUÇÃO

A área do Sr. Sezefredo tem funcionado como uma área demonstrativa. Ele e outros produtores, que estão convertendo suas propriedades, já estão se organizando para vender os produtos da agrofloresta no mercado de produtos orgânicos.

"Há dois anos teve o primeiro curso com Ernst Goetsch, organizado pelo Osvaldinho, e pelo PROTER. Desde lá, e com a ajuda do Nelson, Bernardo, do Sindicato, da Prefeitura, da Secretaria da Agricultura, estamos levando em frente este plano de agroflorestas. Foi para Bahia, para trabalhar com Ernest Gotsch, que já esteve trabalhando comigo e agricultores da região aqui em minha propriedade por três vezes.

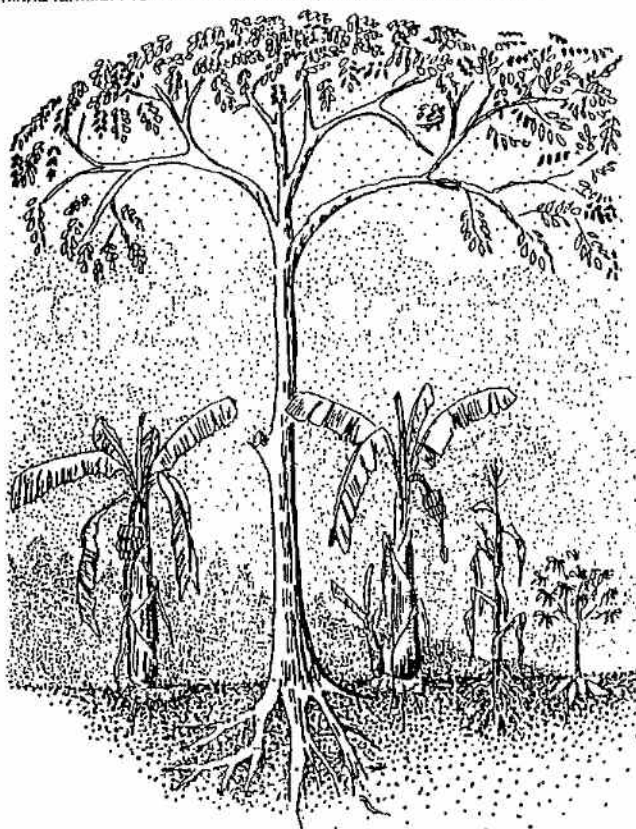
Peguei um conhecimento melhor, mas a gente já vinha fazendo isto do jeito da gente, mas agora com as três vindas do Ernest e com o que aprendi na fazenda dele, temos um conhecimento de agrofloresta e a cada dia que passa a gente aprende mais uma coisa de bom.

Planto a banana, junto como a palmito juçara, mamão, capim-napier, pupunha, laranja, jaca, milho, feijão, cana, mandioca, café, ingá, ariva, guapiruvu e abacaxi. Tudo ao mesmo tempo, plantado de forma organizada na mesma área.

Nas áreas que estão recuperando, após a capina seletiva e a poda com este material colocado organizadamente e em nível, a gente planta mudas que pegam de estaca. Numa distância de 2m entre linhas e de 20 a 30 cm na linha; depois planta feijão, milho e feijão guandu na mesma cova, além de sementes de vários tipos de árvores, feijão de porco, cana e mandioca, banana, vários tipos de frutas de mudas (pupunha, mamão) e de sementes de jaca, lima da Pérsia, tudo ao mesmo tempo. Entre as linhas de estaca, planta-se linhas de napier para fornecer a massa e a sombra no início do sistema. Uma planta "cria" a outra. Assim a gente ajuda a terra a crescer

to na área, a gente planta o que chega ligeiro (rabanete) junto com o que demora um pouco mais (mamão) e frutas que vão dar daqui a vinte anos.

Com este trabalho, a terra cansada recupera e garante o sustento meu e da minha família. Produzo árvores de lei, para servir a população, e para CHA-



MAR OXIGÊNIO QUE PRECISAMOS MUITO, QUE TAVA INDO EMBORA.

A gente deve recuperar estas florestas que nós precisamos e os nossos animais do mato, principalmente os passarinhos precisam dos frutos para sobreviver. O MESMO DIREITO QUE NÓS CRISTÃOS TEMOS DE SOBREVIVER, NOSSA CAÇAS TAMBÉM TÊM.

É um trabalho que vai ser bom para juventude. A gente espera que cada dia apareça mais e mais serviço."

Sezefredo Gonçalves da Cruz
Barra do Turvo - SP 29/09/98

Obs: Este trabalho de agrofloresta no vale do Ribeira teve início com o curso e as consultorias de Ernest Goetsch, convidado pela AGROECOLÓGICA, a ministrar cursos no sul e sudeste do Brasil.



- ★ Casarão Centenário
- ★ Ervas Aromáticas
- ★ Banhos de Cachoeira
- ★ Cavalgadas
- ★ Moinho de Fubá
- ★ Piscinas Naturais
- ★ Pesca
- ★ Atambique

SENHORA DOS REMÉDIOS, MG, Caixa Postal 09, Hessaquinha.
CEP 36270-000 - Telefax: (031) 799-8573 - Celular: (031) 982-2914
(30 km de Barbacena - acesso pela BR 040, km 679)

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO RIBEIRÃO BRANCO DA MOTTA

RESUMO DAS REIVINDICAÇÕES NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 1994 A AGOSTO DE 1996

- ◆ Assentamento das 80 (oitenta) famílias da área no interesse de Reforma Agrária;
- ◆ Priorização da Agricultura de Subsistência em moldes racionais de aproveitamento e recuperação de solos (compostagem);
- ◆ Assistência Técnica proporcionada pelo Estado;
- ◆ Recursos financeiros governamentais para a Agricultura Familiar;
- ◆ Amplos estudos sobre a potencialidade de manejo sustentado florestal (mudas de espécies nativas [madeiras nobres, palmito jussara, brejaúva], flora medicinal, apicultura, fauna local [piscicultura, criação de catetos, capivaras, pacas]);
- ◆ Fomento no intercâmbio com os Centros de Estudos e Pesquisas de Faculdades e Universidades;
- ◆ Conservação e abertura de estradas e acompanhamento dos órgãos ambientais;
- ◆ Rede Elétrica para incentivo de Agro-indústrias;
- ◆ Ensino Público, Educação Ambiental e Saúde para a comunidade;
- ◆ Projetos Agro-ambientais com participação do Ibama e Promotoria Ambiental;
- ◆ Agrovila e reflorestamento planejado na área de pasto contíguo;
- ◆ Amplo debate com Associações e Sindicatos sobre a necessidade da Agricultura Familiar e Reforma Agrária para a região;
- ◆ Preservação e manejo de espécies com potencial para artesanato (taquara, cipós, madeiras mortas, etc.);
- ◆ Apoio ao artesanato caboclo, como complementação da agricultura de subsistência.

Trabalho Integrado :

- ◆ Associação dos Moradores do Bairro Ribeirão Branco da Motta
- ◆ Associação Agropecuária do Vale do Ribeira (Agrovale)
- ◆ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Registro
- ◆ Subsede Estadual da CUT - Vale do Ribeira

Registro, 01 de agosto de 1996.

SUBSEDE ESTADUAL **CUT** VALE DO RIBEIRA

RELATÓRIO DE POLÍTICA AMBIENTAL

SITUAÇÃO DOS MORADORES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA

PARQUE ESTADUAL DE JACUPIRANGA - PARQUE ESTADUAL DO ALTO RIBEIRA
PARQUE ESTADUAL CARLOS BOTELHO - PARQUE ESTADUAL INTERVALES
ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DO MAR

DOS PROBLEMAS:

- É insustentável a situação dos moradores dessas Unidades de Conservação. Insustentável pelos motivos a seguir :
 - ⇒ **pressão e terrorismo dos órgãos ambientais** (apreensão de ferramentas de trabalho, multas, perseguições, impedimento da agricultura de subsistência, etc.) ;
 - ⇒ **deficiência de políticas públicas básicas nas áreas** (estradas sem conservação, falta de escolas, postos médicos, transporte deficiente, etc.);
 - ⇒ **impedimento de investimentos ou condições mínimas de desenvolvimento** (falta de acesso a financiamentos, programas e projetos, falta de apoio às produções alternativas, etc.);
 - ⇒ **nenhum acompanhamento, auxílio ou assessoria de instâncias governamentais** (para ao menos discutir alternativas viáveis de melhoria da qualidade de vida desses moradores); ou seja, os moradores estão abandonados à própria sorte, divididos entre a sobrevivência nas áreas e a preservação destas.
- Na questão sobrevivência é consenso entre os moradores que a qualidade das terras dessas áreas não é boa para a chamada "agricultura tradicional", ou seja, o atual modelo de grande produção. Há também consenso quanto a inviabilidade econômica dessa agricultura para a região, pois para se competir no mercado torna-se necessário investir em novas tecnologias, investir em fertilizantes para compensar a falta de qualidade das terras e considerar ainda a difícil característica topográfica da região e o impacto ambiental que esse modelo causaria.
- Diante dessa realidade, as comunidades pleiteiam o direito de desenvolver a chamada "agricultura de subsistência" voltada a atender o "mercado interno", baseado em sistema cooperativado de produção. Para tanto, os moradores acham necessário "incentivos" (comercialização, agroindústria, financiamentos à agricultura familiar) e "atividades complementares ou alternativas" (piscicultura, artesanato, apicultura, olericultura, etc.). Essas seriam medidas que tanto a curto quanto à médio prazo trariam perspectivas de melhoras à sua qualidade de vida e garantiriam a produtividade de suas terras.
- A indignação dessas comunidades recaem portanto na inoperância dos agentes governamentais por não socializarem experiências e informações no âmbito da agricultura, de culturas alternativas e da potencialidade ambiental do manejo sustentado e na falta de interesse de acompanhamento e assessoramento em projetos e propostas das comunidades, sempre alegando falta de estrutura humana, material e financeira e, na maioria das vezes, segundo os moradores, simples falta de vontade política.
- Tudo isso veio minando paulatinamente as perspectivas desses moradores, principalmente pela forma como os órgãos ambientais vinham negligenciando essas reivindicações. Compreende-se portanto a desconfiança das comunidades em relação aos órgãos ambientais em sua discussão de preservação quando não consideram a potencialidade fiscalizatória e protecionista dessas comunidades.
- Do Bairro André Lopes, Eldorado, um morador de 82 anos disse " vocês criaram muitos parques. Lá em gabinete. Mas só porque ele estava preservado. Não vieram conversar com a gente. Nasci aqui, meu pai nasceu aqui. Pergunte agora quem o deixou assim, e como. Ficam agora fazendo de tudo para nos forçar a sair daqui. Não deixam construir escolas para nossos filhos, não deixam arrumar as estradas, não deixam cultivar nossas roças; vocês querem matar a gente de fome. Não temos para onde ir. Precisamos achar um saída que seja boa para nós todos. "

SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Esta é a sistematização de tudo o que foi discutido nesse longo período de debates e já preocupa-se em elencar por ordem de prioridades as diversas etapas que poderiam contribuir para a efetivação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentado ideal.

INTRODUÇÃO

A criação do Conselho de Moradores em Unidades de Conservação, a extensa agenda de debates com o Instituto Florestal, a Secretaria do Meio Ambiente e demais órgãos e a proposta de se criar Grupos de Trabalho para cada Unidade demonstra claramente o empenho dos moradores em discutir com os órgãos ambientais, alternativas para atenuar não só as dificuldades enfrentadas pelos moradores como também apagar a imagem distorcida de que os moradores só querem destruir os recursos naturais das áreas.

Os moradores alegam que os madeireiros, palmiteiros e grandes fazendeiros ainda não acabaram com tudo porque a presença deles nas áreas inibem sua ação. Por conseguinte, questionam a real capacidade humana, estrutural e financeira dos órgãos ambientais em inibir tal ação. Ao invés de utilizarem essa estrutura de forma repressiva, deveriam tê-la utilizado de uma forma educativa, onde certamente se teriam obtidos melhores resultados. Sendo assim, a preservação efetiva do meio ambiente só será possível se houver um envolvimento de todos na formulação de uma política para as Unidades de Conservação, a participação efetiva das comunidades locais no projeto, administração e operação dessas Unidades e que os benefícios econômicos advindos principalmente do manejo sustentável de sua biodiversidade se revertam para essas comunidades.

SITUAÇÃO EMERGENCIAL DOS MORADORES

1.a - Projetos alternativos de subsistência, produção e renda nas Unidades:

Muitos moradores tinham atividades alternativas para complementar sua renda. "Tinham"; porque geralmente o chefe da família ou filhos maiores trabalhavam em empregos temporários na cultura da banana, em fazendas ou em "bicos" nas cidades. Como o nível de desemprego têm aumentado muito, devido à conjuntura e principalmente da queda de produção e mercado da banana, os moradores estão tendo que sobreviver exclusivamente da terra. Não contam porém com uma estrutura de comercialização, estradas conservadas, política agrícola municipal, incentivos à produção, financiamentos; nada.

Como forma de minimizar a crescente queda da qualidade de vida dos moradores das comunidades, a saída levantada foi a de lutar para se viabilizar os diversos programas, projetos ou financiamentos hoje disponíveis:

- 1 - Programa que contemple a agricultura familiar, ou de subsistência;
- 2 - Programa que contemple alternativas de produção de caráter comunitário (agroindústria, artesanato, plantas ornamentais, etc);
- 3 - Programa que contemple projetos alternativos complementares (piscicultura, apicultura, silvicultura, olericultura, fruticultura, etc).

Todos esses programas, ou projetos, tem como objetivo a preocupação de aprimorar o aproveitamento dos recursos tradicionais diminuindo o impacto sobre os recursos naturais, seja criando condições de o indivíduo permanecer na terra ou evitando que o mesmo opte pelo extrativismo.

1.b - Manejo Sustentável de alguns recursos naturais:

Como parte integrante do processo de educação ambiental, da necessidade de se preservar o meio em que vivem e ao mesmo tempo de garantir uma alternativa econômica, constantemente tem sido levantado pelos moradores, a necessidade de se legalizar de imediato o manejo sustentado de alguns recursos naturais mais conhecidos como o palmito jissara, jacatirão, caixeta, espécimes para artesanato, plantas medicinais, plantas nativas ornamentais, madeiras mortas, mudas de árvores nativas, a fauna local (como o cateto, a paca, veado, etc.) e o ecoturismo. Para que seja assegurado que tais atividades não se tornem puramente extrativistas, as comunidades se responsabilizariam em sustentar através de suas organizações locais qualquer projeto ou programa nesse sentido.

- Como não estão podendo nem ao menos cultivar para a própria sobrevivência, já que são multados constantemente ou têm suas ferramentas de trabalho apreendidas, muitos estão buscando alternativas financeiras no extrativismo do palmito, de madeiras nobres, de plantas nativas e na própria venda de suas "propriedades". Isso acarreta, no primeiro caso, além da depredação do meio ambiente, o enriquecimento dos "intermediários", chegando ao absurdo de muitos desses palmiteiros não conseguirem receber no mês, um salário mínimo. No último caso, muitos vendem suas "propriedades" e retornam meses depois por não terem arranjado emprego ou tido dificuldades em se fixarem nas cidades, outros as vendem para pessoas com poder aquisitivo e estes derrubam a mata para fazerem pasto, outros são pressionados por "grileiros" a venderem suas terras a preços irrisórios por saberem de todas as pressões que sofrem, outros vendem para pessoas com outro conceito de cultura, que não respeitam tanto a beleza quanto a importância da mata.
- Essa falta de alternativas gera também reflexos negativos muito preocupantes. A maioria das comunidades ficam à mercê da política assistencialista, paternalista e alienante, criando ao mesmo tempo indiferença e ou/ oportunismo no trato das políticas públicas pelas administrações municipais, sufoca a organização local, desestrutura o sistema tradicional familiar (falta de opções para a juventude, falta de assistências básicas, falta de perspectivas de desenvolvimento, etc.), inibe e deturpa a cultura tradicional de cada comunidade e acaba com tudo isso fomentando conflitos e descrença quanto a uma saída para a situação.
- Isso tudo incentivou os moradores das diversas Unidades de Conservação da região a conjuntamente discutirem todos os seus problemas, confrontarem suas difíceis realidades, inteirarem-se e analisarem as legislações ambientais, apresentarem e debaterem suas propostas e manterem um permanente contato entre as Unidades através de um Fórum, chamado de Comissão Estadual dos Moradores em Unidades de Conservação.
- Esse Fórum permitiu o envolvimento, junto com as comunidades e suas associações, de diversos segmentos (as Ongs PROTER e REBRAAF, MOAB, STRs, UVEVAR, o Quilombo de Ivaporunduva e CUT Vale do Ribeira) com o intuito de abrir um canal de discussão com a Secretaria do Meio Ambiente e seus demais órgãos, com as administrações municipais e com diversos órgãos públicos da região na busca conjunta de soluções para os problemas emergenciais (Item 1) e numa ampla discussão de como consensuar a sobrevivência dos moradores à preservação das Unidades de Conservação. Foram no total 6 encontros regionais, aproximadamente 30 reuniões em comunidades das Unidades, 5 reuniões com o Instituto Florestal e Secretaria do Meio Ambiente, 1 audiência Pública e 1 audiência na Assembléia Legislativa.
- Esse processo vem trazendo um resultado muito positivo, pois está mobilizando diversos segmentos, abrindo um canal de diálogo direto com as comunidades e, apesar de toda a diversidade de posicionamentos e questionamentos, o desafio foi lançado para toda a sociedade regional, e com isso se abriu um debate sobre qual a melhor alternativa de desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

REIVINDICAÇÕES AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS

- Cessar imediatamente as perseguições impostas aos moradores das Unidades;
- Permissão para o desenvolvimento da agricultura de subsistência;
- Incentivos ao manejo sustentável do palmito, manejo agroflorestal e culturas alternativas;
- Devolução das ferramentas e animais apreendidos;
- Anistia às multas concedidas desde a criação das Unidades;
- Permissão para reforma e construção das casas;
- Autorização para manutenção das estradas e suprimento dos serviços públicos básicos (saúde, escolas);
- Participação dos moradores na administração das Unidades através de um Grupo de Trabalho Tripartite (Secretaria do Meio Ambiente, Prefeituras e Moradores).
- Reclassificação das UCs (Parque e Estação para Reserva Extrativista)

De fato, a biodiversidade da Mata Atlântica é extremamente rica e até hoje não foram desenvolvidos projetos ou programas que visem identificar, selecionar, estudar e analisar cientificamente a potencialidade e a viabilidade do uso sustentado dessa enorme quantidade de recursos naturais. Como não se tem por parte dos órgãos responsáveis o devido conhecimento da riqueza contida em nossa Mata Atlântica, fica extremamente difícil justificar aos moradores das Unidades a necessidade de preservar a área onde residem.

1.c - Processo de educação ambiental e implementação de condições científicas e tecnológicas:

Para que se complete o processo de conscientização, pois o mesmo já foi iniciado nos constantes debates entre os moradores das Unidades, uma proposta levantada merece destaque pelo seu conteúdo. Foi a de que os órgãos ambientais, ao invés de utilizarem toda sua estrutura de forma repressiva, a utilizassem de forma educativa, fazendo discussões com as comunidades, auxiliando as mesmas na elaboração de projetos, contribuindo na liberação de investimentos nacionais e internacionais, desenvolvessem programas de educação ambiental para a população urbana, promovessem a integração com os demais órgãos e secretarias, etc. Como os próprios órgãos alegam que têm deficiências estruturais para estudos e pesquisas científicas, que essa responsabilidade fosse dividida com Institutos, Faculdades e Universidades, afinal o Meio Ambiente é uma responsabilidade de toda a sociedade, não só das comunidades do Vale do Ribeira, que estão arcando com o pesado ônus desse modelo de desenvolvimento altamente exploratório e depredatório que o planeta assumiu.

A necessidade aponta a urgência de um moderno Centro de Pesquisas Tecnológicas Agro-Ambientais na região, com todas as condições científicas e tecnológicas, e que o mesmo seja socialmente democrático, aberto à participação principalmente das comunidades envolvidas. Estamos tratando de um modelo de desenvolvimento que terá a preocupação não só de preservar e conservar este restante de Mata Atlântica, mas criarmos condições para recuperarmos e regenerarmos áreas que já foram destruídas.

2 - Elaboração, definição e defesa de um Plano de Desenvolvimento Sustentado para as UC:

Enquanto na região esse processo toma corpo, a discussão sobre Desenvolvimento Sustentado, desencadeada a partir da ECO-92, ainda está um tanto restrita aos especialistas ambientais e aos ecologistas. Como em muitas outras discussões, perde-se "cabelos", "penas", cargos e principalmente tempo tentando achar a "fórmula perfeita". Mesmo com toda a diversidade de posicionamentos e questionamentos, está sendo elaborado na Câmara dos Deputados o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) com o intuito de atualizar, adequar e aperfeiçoar a Legislação Ambiental vigente, com a alegação de criar mecanismos efetivos de preservação das Unidades de Conservação além de reconhecer que as populações locais, ou tradicionais como chamam, tenham um papel importante na efetivação desse processo.

Se verificarmos a atual legislação, ela permitia todo esse tempo aos órgãos afins, total condições de terem preservado as UCs e, ao mesmo tempo, respeitado a população ali residente. O que vimos no Vale do Ribeira foi uma verdadeira "Guerra Fria" contra os moradores das UC. Os órgãos se utilizaram da legislação e de seu contingente da Polícia Florestal somente para pressionar de diversas formas as comunidades sem apresentar alternativas ou simplesmente abrir um canal de discussão. As comunidades então, por uma questão de sobrevivência, começaram a definir e a apresentar suas propostas a muito defendidas perante as administrações municipais, mas que nunca obtiveram apoio. Vemos que as propostas das comunidades compõem, quase na totalidade, o modelo mais adequado e positivo de Desenvolvimento Sustentado, ou seja, um modelo defendido pela própria sociedade envolvida; e todo esse processo, até pelo seu envolvimento direto com os problemas, está sendo canalizado para os STRs, com destaque para o STR Barra do Turvo. Essa nova consciência pode ser notada nos diversos debates desencadeados na região. O pontapé inicial dado pelos sindicatos, a formação de um fórum dos moradores das UC, os embates com os órgãos ambientais e o grande número de propostas acabaram desembocando em três grandes eventos, sendo o último realizado pelo Partido dos Trabalhadores, com o intuito de amadurecer as Alternativas de Desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

CARTA - MANIFESTO DA POPULAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA

Aproveitamos a honrosa presença do Sr. Ministro à Região do Vale do Ribeira para torná-lo ciente das grandes dificuldades que vimos enfrentando há décadas e que pouca resposta obtivemos do Governo.

CONSIDERANDO QUE :

- o Vale do Ribeira possui uma vocação predominantemente AGRÍCOLA e FLORESTAL;
- as SEVERAS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS ocasionam o impedimento de nosso desenvolvimento produtivo;
- a LEGISLAÇÃO AMBIENTAL dos Estado de São Paulo nos classifica como criminosos e nos impõe a marginalidade social;
- a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo vem fechando os canais de diálogo com a Sociedade Regional e promovendo uma perseguição sistemática, através da Polícia Florestal, aos moradores das Unidades de Conservação;
- são inalienáveis e constitucionais o direitos à VIDA, ao TRABALHO e à TERRA
- os diversos segmentos da sociedade do Vale do Ribeira defendem o DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, alicerçado em nossa própria CULTURA, como a melhor alternativa para garantir a preservação da Mata Atlântica e a sobrevivência de nosso povo;

REIVINDICAMOS QUE:

- O Sr. Ministro leve ao conhecimento da esfera Federal os abusos que estamos sofrendo,
- Mantenha aberto os canais de diálogo entre o governo e sociedade civil e defina uma agenda de debates sobre a Mata Atlântica em nossa Região.
- Cesse imediatamente as perseguições da polícia florestal aos pequenos agricultores.
- Imediata REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA que garanta a TITULAÇÃO das nossas TERRAS e com isso tenhamos acesso a INVESTIMENTOS, POLÍTICAS AGRÍCOLAS e POLÍTICAS PÚBLICAS;

Sem mais,

Atenciosamente,

Judicário dos Trabalhadores
(019) 5771104
SUBSEDE DA CUT DO VALE DO RIBEIRA
APROESD

STR. DE CASATI
AV. FERNANDO COSTA, 516
Wilton

Vale do Ribeira, 15 de maio de 99

Luiz Antonio L. R.
responsável técnico

EXMO. SR.
MINISTRO DO MEIO AMBIENTE
SARNEY FILHO
Em mãos

Maria Belia - 17 km
STR. da Seta Branca
872-1542

Recb. -
19-05-99

Q.
Ministro M.M.

Resolução SMA-36, de 28-11-94

O Secretário do Meio Ambiente resolve.

Artigo 1.º — Constitui, no âmbito da Secretaria, um Grupo de Trabalho para propor medidas destinadas a compatibilizar os interesses dos moradores residentes no Parque Estadual de Jacupiranga com a preservação e o uso daquela área, bem como acompanhar sua execução.

Parágrafo Único — O Grupo de Trabalho terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) examinar os problemas dos moradores;
- b) participar da elaboração dos planos de zoneamento e de manejo do Parque;
- c) propor, se for o caso, projetos para uso sustentado das atividades dos moradores e acompanhar sua execução;
- d) propor, se for o caso, as adaptações necessárias, inclusive, quanto aos limites e à tipologia da área protegida.

Artigo 2.º — O Grupo de Trabalho será integrado por:

I — 1 representante da CINP, que será Coordenador do Grupo de Trabalho, designado pelo titular daquela unidade;

II — 1 representante do IP, designado pelo titular daquele Instituto;

III — 2 representantes de todos os Municípios situados na área de abrangência do Parque Estadual de Jacupiranga designados pelos Prefeitos, de comum acordo;

IV — 4 representantes dos moradores residentes no Parque Estadual de Jacupiranga, designados pelo conjunto das entidades que os representam;

V — 4 representantes das entidades de defesa do meio ambiente designados pelas entidades ambientalistas.

Artigo 3.º — Os Prefeitos, as entidades representativas dos moradores e as entidades ambientalistas estabelecerão, livremente, o procedimento de escolha de seus representantes, que poderá recair em qualquer pessoa de sua confiança mesmo que não integre a entidade que representa.

Artigo 4.º — O Grupo de Trabalho estabelecerá seu Regimento Interno, na primeira reunião que realizar.

Artigo 5.º — O Grupo de Trabalho ouvirá as Universidades que realizem trabalhos ou disponham de notórios conhecimentos relativos à área protegida.

Artigo 6.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SUBSEDE OUT - V. A. M. DO RIBEIRO

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO TURVO
Fundado em 05/11/89 CGC: 57.740.748/0001-48

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BELA VISTA – AMBAV
Fundada em 14/09/94 CGC : 00.896.876/0001-68

A
SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

ILMO SR.

DOCUMENTO COMPROMISSO DA COMUNIDADE DA BELA VISTA

A Associação de Moradores do Bairro da Bela Vista, localizada no Km 528 da BR 116, no município de Barra do Turvo – SP e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Barra do Turvo vêm realizando diversas assembleias no sentido de construir uma proposta de melhoria da qualidade de vida dos moradores, que garanta a preservação ambiental e a sobrevivência das pessoas.

Apresentamos, através deste documento ao ITESP (leia-se Secretaria da Justiça), as dificuldades que nossa comunidade vem enfrentando para garantir nossos direitos de cidadãos, o direito de permanecer nas nossas terras, o direito de criar nossos filhos na terra e de garantir ainda os direitos iguais entre a natureza, os animais e o homem.

Assim como diversas comunidades da região do Vale do Ribeira, a nossa comunidade está dentro de uma Unidade de Conservação, o Parque Estadual de Jacupiranga. Na região, vêm sendo elaboradas diversas alternativas técnicas para resolver as questões envolvendo essas áreas (Plano de Manejo, Plano de Uso e Ocupação do Solo, Plano de Zoneamento Econômico Ecológico, etc.). Por esses motivos, os moradores, através da Associação de Moradores da Bela Vista e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Barra do Turvo propõem :

COMPROMISSOS DA COMUNIDADE DIANTE DA CARACTERÍSTICA AMBIENTAL DA ÁREA

- NÃO ABRIR NOVAS POSSES (não divisão das existentes)
- NÃO QUEIMAR E NÃO DERRUBAR
- NÃO USAR PRODUTOS QUÍMICOS
- NÃO CAÇAR
- PRESERVAR NASCENTES E RIOS

- **PRATICAR A AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA**
- **PRATICAR ATIVIDADES QUE NÃO PREJUDIQUEM O MEIO AMBIENTE** (sistema de agrossilvicultura, piscicultura, artesanato, apicultura, etc.)
- **PRATICAR O MANEJO SUSTENTADO DOS RECURSOS NATURAIS** (paimito, xaxim, plantas medicinais, plantas nativas, produção de mudas, etc.)

No entender da comunidade, o sucesso dessas propostas dependem de :

- **ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO PARA DETALHAMENTO**
- **CESSAR AS PERSEGUIÇÕES**
- **GARANTIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

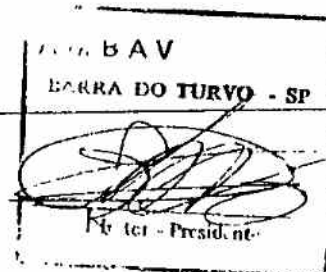
Ainda no entender da comunidade, a preservação e a sobrevivência têm que andar de braços dados e o diálogo é **FUNDAMENTAL**, portanto :

- **REIVINDICAMOS A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO TRIPARTITE DO PARQUE ESTADUAL DE JACUPIRANGA PARA DISCUTIR ESSAS PROPOSTAS**

BARRA DO TURVO-SP 10/02/99

Sindicato dos Trab. Rurais de Barra do Turvo

Henrique da Mata Barbosa
Presidente



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAJATI
SEDE AV. FERNANDO COSTA, N.º 561, CENTRO, CAJATI SP CEP 11250-000
CGC 02.044.823/0001-44

Documento em Defesa da Sobrevivência dos Trabalhadores Rurais.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati, em defesa e organização da categoria em nosso município, vem por meio deste, reenvindicar ao Ministro do Meio Ambiente Dr. José Sarney Filho e autoridades competentes, que intervenham em favor dos trabalhadores rurais e pequenos produtores do nosso Município. Tendo em vista a política, a Legislação Ambiental em vigor e a atuação da polícia Florestal tornarem inviável a sobrevivência dos trabalhadores rurais. Somos um povo sofrido e a exemplo dos irmãos nordestinos vemos pessoas passando fome, crianças com alto grau de desnutrição, alto índice de analfabetismo e não temos o problema da seca a água aqui é abundante. O trabalhador rural é considerado como criminoso, não nos foi dado alternativas. Chegamos a nos perguntar: Que país é esse que trata o trabalhador dessa forma? O homem do campo na sua simplicidade vê a sua vida e dos seus familiares sem futuro. A nossa gente que sempre produziu para a sua subsistência e ainda para o comércio hoje não pode mais desmatar, queimar ou mesmo abrir um tanque para criação de peixes. Temos ainda um agravante que são os moradores do PARQUE ESTADUAL de Jacupiranga. São vários os bairros de Cajati que vivem esta realidade, sendo que há mais de mil famílias moradoras no Parque em Cajati. A maioria destas famílias já se encontravam aqui quando do Decreto de Criação do Parque, que não levou em conta os direitos dessas famílias e até hoje não se encontrou uma solução para esses trabalhadores. Nós temos propostas para a solução deste problema agrário e social. 1º Que



cesse imediatamente a perseguição por parte da Polícia Florestal, outros setores do governo e de órgãos não governamentais, até que se encontre alternativas para os trabalhadores. 2º Desafetação, a mudança das divisas do parque sem prejuízo do mesmo. 3º A criação imediata da COMISSÃO TRIPARTITE 4º Que o programa LUZ da TERRA atenda a todos os moradores inclusive os moradores do Parque. 5º Criação de projetos alternativos com financiamento e acompanhamento técnico com acesso para todos. Tudo que propomos é viável e com isso exigimos respeito e o reconhecimento pelas autoridades do nosso país, para que possamos nos orgulharmos em sermos cidadãos brasileiros. Hoje somos sem terra com terra. Não somos contra a preservação ambiental, somos contra a política ambiental que nos exclui do direito fundamental, que é o direito a vida com dignidade.


A DIRETORIA



Cajati, 14 de maio de 1999

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SETE BARRAS

CGC(MF) 44300646/0001-22

R. Pres. Humberto de Alencar Castelo Branco, 232 - Cep. 11910-000 - Tel (013) 872-1542 - Sete Barras - SP

OFÍCIO Nº26/99.

Sete Barras, 13 de maio de 1.999.

ILMO SENHOR
JOSÉ SARNEY FILHO
MINISTRO DO MEIO AMBIENTE
BRASÍLIA - DF

REF.: SOLICITAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sete Barras, representado pela sua Diretoria e representando os Pequenos Produtores Rurais do Regime de Economia Familiar, vem até V.Sa. solicitar o que segue abaixo:

1ª) Solicitamos que se viabilize Recursos da União e Estado para formação de uma Equipe Regional de Engenharia, com os órgãos oficiais, DEPRN, CATI, ITESP, DAEE, IBAMA e Instituto Florestal;

2ª) Que seja liberado pelo Ministério e Secretaria do Meio Ambiente um Topógrafo para atender os trabalhadores do regime de economia familiar na elaboração dos projetos Planialtimétrica, para poder estar desenvolvendo agricultura de subsistência de acordo com os critérios ambientais da nossa região;

3ª) Que o Topógrafo seja locado na casa da Agricultura da cidade de Sete Barras e em todas as Casas da Agricultura da Região;

4ª) Solicitamos que esse conceituado Ministério, passe para as salas de aula material para que os professores possam estar passando aos alunos tudo que diz respeito das Leis Ambientais no campo de trabalhadores rurais;

5ª) Liberdade para trabalhar a terra para desenvolver suas cultura diversificada, ex.: manejo do palmito, utilização das várzeas, manejo de plantas nativas, bananeiras, maracujá, cana-de-açúcar e diversos. Se os pequenos produtores familiar

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SETE BARRAS

CGC(MF) 44308846/0001-22

R. Pres. Humberto de Alencar Castelo Branco, 232 - Cep. 11910-000 - Tel. (013) 872-1542 - Sete Barras - SP.

for atendidos o Governo vai estar satisfazendo as necessidades humanas de alimentos e de renda e vai estar atendendo as áreas sociais das famílias e das comunidades rurais:

Sendo só para o momento reiteramos nossas cordiais ,

Saudações sindicais,

S.T.R. DE SETE BARRAS

Marcelo Zolito Moreira
Presidente

Manoel M. Chaves



MANOEL M. CHAVES

Jurandir dos V Boas

Euzina Muniz

José Fernando Nêto

Caroline Brito dos Santos

Oswaldo de Almeida Junior

Rosalina Valar Boas



MANOEL M. CHAVES

CARTA DE SÃO PEDRINHO

Associação dos Moradores do Bairro de São Pedrinho é composta por 33 associados, todos residentes nas terras dativas do senhor LUIZ ALBERS, domiciliado nas terras denominadas Ribeirão do Aleixo, legítimo possuidor de uma posse de terra rural, aberta por ele a quarenta anos, devidamente demarcadas, respeitadas por todos os confrontantes, tendo sido requerida da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo, situada no município de Barra do Turvo, conforme escritura lavrada na Comarca de Jacupiranga, no município de Cajati no livro E-6 folhas 40/41, em 24 de junho de 1960, pelo tabelião Joaquim Seabra de Oliveira, do Cartório de Notas e Ofício de Justiça de Jacupiranga.

Os moradores reivindicam os Títulos definitivos de Posse das áreas devidamente adquiridas, todos cadastrados devidamente no INCRA, tendo ou não escrituras públicas de direitos possessuais.

Da mesma forma que as duas Escolas Estaduais que ali estão instaladas recebam a devida atenção para que os nossos filhos tenham uma melhor qualidade de ensino, principalmente no que tange aos ensinamentos na área agrícola, para produzir através de manejo auto-sustentado.

As principais atividades desenvolvidas são a agricultura de subsistência tendo como culturas de rotina o plantio de culturas como a bananicultura, milho, feijão, arroz, mandioca e hortaliças, dentre elas alface, tomate cenoura, vagem, couve para consumo próprio e cebola, alho e repolho para comercialização. Também são produzidas algumas frutíferas como macieiras, pereiras, maracujazeiros e laranjais, principalmente para consumo próprio, devido a dificuldade de comercialização.

Vários produtores se dedicam a bovinocultura e ovinocultura, com fazendas relativamente bem implantadas, porém com falta de assistência técnica efetiva para melhorar os seus rebanhos. Poucos se dedicam a suinocultura industrial, mas a imensa maioria dispõe de suínos para a subsistência, sendo uma atividade inteiramente marginal.

A intenção dos moradores é melhorar suas atividades para propiciar uma melhor qualidade de vida a comunidade, para isto é



necessário a implementação de culturas alternativas, em áreas ainda não utilizadas e que permitam a implantação de culturas auto-sustentáveis.

A pupunha, altamente promissora para a região, conforme demonstrado nas pequenas plantações feitas na região, poderá substituir ao palmito em condições altamente vantajosas, uma vez que este é apenas uma cultura extrativista e com alto grau de dano, pois as nossas terras são freqüentemente saqueadas por palmiteiros.

A erva-mate, planta nativa da região, é merecedora de especial atenção por parte dos órgãos competentes, e certamente caberia como cultura alternativa consorciada com os produtos medicinais como limão bravo espinheira santa guacos e tantos outros que têm alto valor comercial, tanto para os laboratórios nacionais como para exportação.

A apicultura ainda gatinha e assim deixamos de explorar o produto que poderia servir de carro-chefe para nossa atividades pois contamos com floradas naturais de alta relevância e o produto artesanal que é dali retirado tem qualidade singular, pois na região ainda não temos qualquer tipo de poluição ambiental que prejudique a qualidade deste produto, podendo ser totalmente utilizado para a indústria farmacêutica.

A piscicultura poderia ser explorada adequadamente pois dispomos de mananciais de água privilegiados para a cultura de peixes tanto de climas temperado e quente.

Nossa contrapartida é manter as áreas que estão em nossa posse, de uma maneira tal que o meio ambiente não seja agredido sob nenhuma hipótese, preservando as áreas de florestas que ainda não foram tombadas, preservando as nascentes e os mananciais, coibindo a exploração das dos animais silvestres que ali habitam harmoniosamente conosco.

Desta forma, solicitamos aos órgãos competentes das diferentes áreas que se voltam para a problemática aqui mencionadas, que nos forneçam condições para que atuemos de uma forma coesa e altamente qualificada, para tal os títulos de posse reivindicados são imprescindíveis para que tomemos empréstimos. A assistência técnica governamental ou não deverá ser colocada a nossa disposição, a fim de que saíamos do ostracismo e nos tornemos cidadãos de direito e de fato e ajudemos a desenvolver esta maravilhosa região com inúmeros recursos, para nos formarmos prósperos paulistanos, na altura da grandeza de nosso glorioso Estado.

Sem outro particular, cientes de sermos ouvidos, reiteramos nossos votos da mais elevada estima e fino apreço.

Atenciosamente,


Adelino Mães
Presidente

São Pedrinho, distrito da Barra do Turvo, 10 de abril de 1999

1º Encontro de Moradores de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo

O encontro, promovido pela União dos Moradores da Juréia, foi realizado de 1 a 3 de julho, em Pariquera Açú (Vale do Ribeira, SP). Participaram 40 representantes dos moradores de Unidades de Conservação.

Pela primeira vez, no Estado de São Paulo, os moradores de Parques e Estações Ecológicas se reuniram para trocar experiências, discutir seus problemas e buscar soluções conjuntas para os inúmeros problemas que enfrentam.

Hoje, pela legislação, eles não podem pescar, plantar ou caçar. As estradas estão abandonadas e embargadas. As entradas e saídas de amigos e familiares são controladas. Com isto, para os moradores, a vida piorou em vez de melhorar. E ninguém foi desapropriado ou indenizado.

Os moradores querem permanecer em suas terras, preservar sua cultura e seus modos de vida, ter seus direitos garantidos. Eles querem, para isto, mostrar que conseguem viver, cultivar e pescar nas áreas protegidas sem destruir a natureza.

"Se não destruímos a natureza no passado, porque iríamos fazer isto agora?"

José Peixe Amarante
Comunidade do Costão e Despralado,
membro da diretoria da União dos
Moradores da Juréia.

"Temos ou não o direito de receber amigos e parentes em casa?"
Bernardino, jovem da Juréia

A organização dos moradores

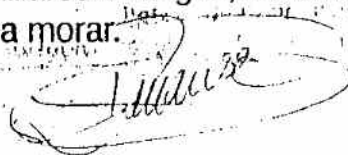
Durante o encontro foi escolhida uma Comissão dos Moradores de Unidades de Conservação, com 15 membros das cinco Unidades de Conservação presentes.

Seu objetivo será de articular e divulgar a luta dos moradores e encaminhar as reivindicações junto à secretaria do Meio Ambiente e ao Instituto Florestal. A comissão já tem reunião marcada para 13 de agosto.

Os direitos e os deveres

Durante o encontro foram debatidos os direitos e deveres dos moradores. Entre os deveres, foram apontados pelos moradores: proteger a flora e a fauna, praticar formas de pesca e agricultura que não destruam a natureza, se organizar, fazer respeitar seus direitos, denunciar os abusos das autoridades.

Entre seus direitos, eles afirmaram, entre outros: preservar seu modo de vida, plantar e pescar; participar da criação e da administração das unidades de conservação; estradas conservadas, transporte, educação e saúde; respeito a seus domicílios, propriedades e posses; receber livremente familiares e amigos; construir e reformar casas para morar.



Moradores querem comissões para solucionar problemas

Os moradores vão exigir, junto ao Governo do Estado, a criação, para cada Unidade de Conservação, de uma comissão tripartite composta por representantes dos moradores e suas organizações, os Governos Municipais e Estadual, e as ONGs e Universidades. Estas comissões, já foram prometidas pelo Instituto Florestal, deverão ser criadas oficialmente pelo Estado. Elas terão por objetivo buscar soluções para os problemas dos moradores.

"As soluções terão que ter respaldo na lei, não podemos mais aceitar acordos informais ou soluções provisórias", adverte Arnaldo das Neves Jr., da União dos Moradores da Juréia. Uma carta sobre este assunto já foi entregue ao Secretário do Meio Ambiente.

"O governo tem que aprender com o pescador, com o homem do lugar, que conhece, antes de decidir as coisas"

Lourival dos Santos, Associação dos Moradores e Pescadores da Praia do Sono

Reunião da Comissão dos Moradores de Unidades de Conservação:

Dia 13 de agosto (sábado), às 10 hs, Pousada Municipal, Pariquera-Açú (SP).

Endereço para contato:

União dos Moradores da Juréia
C.P. 09 CEP 11.920-970 - Iguape, SP.

Fones para contato

União dos Moradores da Juréia,
Arnaldo: (0138) 41.1102; PROTER:
(011) 263.1840; REBRAF: (011)
846.8891; NUPAUB: (011) 818.3425

Apoiaram o encontro: Pref. de Pariquera-Açú, CODIVAR, UVEVAR, PROTER, REBRAF, NUPAUB-USP, IPA, UAI, Fundação Campo-Cidade, CUT/Vale do Ribeira, Prefeitura de Parati, IEF/RJ, Prefeitura Ibiuna, SAMPI, Fundação Friderich Naumann, SACTES

Colaboraram para a realização deste boletim: Adelaide Augusta Trindade, Danilo Prado Garcia, Armin Deitenbach, Arnaldo das Neves Jr., Antonio Carlos Diagues. **Diagramação e arte final:** PROTER. **Impressão:** NUPAUB/USP

"Quando alguém morre, tem que transportar o cadáver de caminhão, e ainda amarrar, de tão ruim que é a estrada"

Dona Queca, Despraiado, Juréia

Os participantes

Participaram 40 representantes dos moradores de Parques e Estações Ecológicas (Unidades de Conservação), 17 convidados (agricultores da região, representantes das entidades de apoio, vereadores e prefeitos do Vale do Ribeira). Oito pessoas auxiliaram na organização do encontro. No total, estiveram presentes 65 pessoas.

Estavam representados mais de dez comunidades e seis organizações de moradores das seguintes Unidades de Conservação de São Paulo: **Estação Ecológica Juréia-Itatins** (União dos Moradores da Juréia, Associação dos Jovens da Juréia, Associação Evangélica do Costão e Despraiado); **Parque Estadual de Jurupará** (Associação dos Moradores e Proprietários das Adjacências do Ribeirão e Campestre); **Parque Estadual de Jacupiranga** (STR Barra do Turvo); **Parque Estadual do Alto Ribeira** (Comunidades do Camargo e do Morro do Chumbo); **Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar** (STR Sete Barras).

Do Rio de Janeiro, veio um representante dos moradores da **Reserva Ecológica da Juatinga** (Associação dos Moradores e Pescadores da Praia do Sono).

"A estrada da prefeitura foi embargada. Tenho que andar 9 km a pé. A situação ficou tão ruim, que todos os meus irmãos e meus primos foram embora. Só fiquei eu, minha família e minha mãe. Mesmo eu, não sei como vai ser... Quando perco uma roça, ficamos sem ter o que comer"

José Santana,
Comunidade do Camargo, PETAR

Luciano

**SEGUNDO ENCONTRO DOS
MORADORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Registro, 22 e 23 de julho de 1995**

Nossas principais reivindicações:

*"o direito permanecer nas nossas terras",
"de trabalhar como os mais velhos", "criar os filhos e melhorar de vida".
Queremos "direitos iguais entre a natureza, os animais e o homem".*

CONTINUAR AS ATIVIDADES TRADICIONAIS

Reivindicamos o direito de manter nossas atividades tradicionais de agricultura, extrativismo e pesca, inclusive de utilizar capoeiras como antigamente, de extrair palmito, outros produtos da mata, etc.

Estes direitos devem ser garantidos por lei, seja através de categorias de UCs de manejo sustentável, seja através de Reservas Extrativistas.

Somos contra a especulação imobiliária e a favor de medidas que evitem novas ocupações em UCs.

DIREITOS IGUAIS AOS DOS OUTROS CIDADÃOS

"Nossos direitos de cidadãos devem ser respeitados". Isto significa:

- direitos que vem sendo negados aos moradores de UCs, isto é: estradas em bom estado, escolas, transporte público, telefone, postos de saúde e eletricidade;
- o respeito à inviolabilidade de nossos domicílios e posses e o direito de ir e vir para nossos familiares e amigos.

PARTICIPAÇÃO

Reivindicamos:

- a participação dos moradores em todas as etapas, desde a criação até a gestão das UCs, como nas Reservas Extrativistas;
- a destinação de 50 % dos recursos disponíveis para as UC para projetos de desenvolvimento sustentável ou a melhorias sociais para as comunidades;
- a participação no Conselho Nacional de Unidades de Conservação e outras instâncias que vierem a ser criadas pelo SNUC;

RECLASSIFICAÇÃO DAS UCs ATUAIS

O SNUC deve garantir:

- a reclassificação, total ou parcial, das UCs onde residem moradores;
- durante este processo, a participação e a manutenção da cultura, das moradias e das fontes de subsistência dos moradores e pequenos proprietários.

**RESUMO DO DOCUMENTO ELABORADO POR
74 moradores de 23 comunidades
localizadas em 5 Unidades de Conservação
de 7 municípios**

